

Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2018

PROCESSO n.º 12/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.351.749/0001–11, inscrita na I.E nº 491.040.101.110, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal SENHOR OSWALDO RIBEIRO JUNQUEIRA NETO, no uso de suas atribuições legais, faz público que se acha aberta a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018, tipo MENOR VALOR GLOBAL, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE - NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA - SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017, que será procedida e julgada de acordo com os princípios e normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas disposições deste edital.

O futuro contrato a ser assinado nos presentes autos reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei n.º 8.666/93, na Lei Orgânica do Município de Orlândia, e demais normas legais pertinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. Os ENVELOPES: Nº 1 DOCUMENTAÇÃO e Nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL, instruídos de acordo com as exigências deste edital serão recebidos pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, na Praça Coronel Orlando, nº 652, centro, CEP 14620-000, telefone 16 3820-8058, até às **09:00 HORAS, DO <u>DIA 20 DE ABRIL DE</u> 2018.**
- 1.2. A sessão pública para início da abertura dos envelopes será realizada às 09:00 HORAS, DO <u>DIA 20 DE ABRIL DE 2018</u>, em dependência própria da Administração Pública Municipal, localizada na Praça Coronel Orlando nº 652, centro, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo e será procedida pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, nos termos das disposições contidas neste edital, nos itens pertinentes.
- **1.3.** Esclarecimentos a respeito deste certame licitatório poderão ser obtidos junto à Comissão Municipal Permanente de Licitações, somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br.
- **1.4.** O edital completo estará à disposição dos interessados junto à Comissão Municipal Permanente de Licitações ao custo de <u>R\$ 20,00 (vinte reais</u>) ou gratuitamente através do site **www.orlandia.sp.gov.br.**



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

2 - ANEXOS DO EDITAL E RESERVA DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **2.1**. Integram este Edital os Anexos de **I** a **X**.
- 2.2. A despesa, estimada em R\$ 315.136,84 (Trezentos e quinze mil, cento e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos), ADVINDOS DE RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017, conforme planilha de preços apresentada no ANEXO I Contendo: Memorial Descritivo dos Serviços, Relação de Ruas, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico-Financeiros onerará os recursos orçamentários por conta da dotação 09.01 1.015 4.4.90.51.00.00.00.00.02.0100 Ficha 343 do orçamento vigente para o exercício de 2018, suplementada se necessário.

3 - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será feita sob o regime de empreitada por preço global, contudo as licitantes deverão apresentar valores unitários de cada item, sob pena de desclassificação.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE HABILITAÇÃO

- **4.1** Poderão participar desta licitação **as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado** e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.
- 4.1.1 Será exigida a prestação de <u>GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO</u> na presente licitação, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93, o que totaliza a importância de R\$ 3.151,36 (três mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), a fim de proteger o Município contra atos e omissões da(s) licitante(s), tais como: retirada de proposta durante o período de validade do Edital, bem como a licitante vencedora deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia de execução contratual.
- 4.1.2 A GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO, poderá ser prestada nas modalidades previstas no artigo 56, §1.º, incisos I, II e III, todos da Lei Federal n.º 8.666/93 (caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança-bancária).
- 4.1.2 A GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO deverá integrar o envelope n.º 01 (HABILITAÇÃO).
- 4.1.3 A GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO ou de propostas das licitantes não vencedoras ser-lhe-ão restituídas no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da homologação do certame. Já a garantia de participação das licitantes inabilitadas ser-lhes-ão restituídas no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do encerramento da fase de habilitação. No caso de interposição de recurso, o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- 4.1.4 A GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO OU DE PROPOSTA da Licitante Vencedora será liberada quando assinado o contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.
- 4.1.5 A GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO OU DE PROPOSTA, quando efetuada em dinheiro deverá ser depositada em conta-corrente específica do Município, a qual será informada ao Licitante pela TESOURARIA MUNICIPAL.
- 4.2 Além das vedações estabelecidas pelo **artigo 9.º da Lei Federal n.º 8.666/93¹**, não será permitida a participação de empresas:
 - a) Estrangeiras que não funcionem no país;
 - b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e as que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - c) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02 e da Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)² e Acórdão n.º 2.081/2014 -TCU Plenário, sessão 06/08/2014-ordinária, Relator Augusto Sherman Cavalcanti³;
 - d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 9.605/98;
 - e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
 - f) Com falência decretada;

_

¹ (...) Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. (...) § 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada. (...) § 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração. (...)§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. (...) § 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

² (...) **SÚMULA Nº 51** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

³ (...) 9.2. alterar a redação do Acórdão 3.010/2013-Plenário, que passa a vigorar nos seguintes termos: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, e 235do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá- la improcedente, com base nos entendimentos esposados nos Acórdãos 653/2008, 3.243/2012, 3.439/2012, 3.465/2012, 842/2013, 739/2013, 1.006/2013, 1.017/2013 e 2.242/2013, todos do Plenário, no sentido de que a sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produzir efeitos no âmbito do inteiro ente federativo que a aplicar. Arquive-se o processo. Dê-se ciência desta deliberação à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 4: (...)" (destaques nossos).



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

g) Entidades do Terceiro Setor;

- h) Que não tenham prestado a GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO, nos termos dos itens 4.1.1. a 4.1.5.
- **4.3.1** O restante da documentação, relacionada nos subitens 4.5 a 4.10, deverá ser entregue na data fixada para o recebimento das propostas, no **ENVELOPE Nº 1 (HABILITAÇÃO)**;
- **4.4-** As MEs e EPPs deverão apresentar **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício do direito previsto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos **ENVELOPES Nº. 1** (**HABILITAÇÃO**) e **2** (**PROPOSTA COMERCIAL**).

4.5- DOCUMENTAÇÃO COMPLETA

4.5.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **a1**) Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- **b**) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

4.5.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- **b**) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **c1**) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (**inclusive as contribuições sociais**) e à Dívida Ativa da União;
- **c2**) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 (**ou outro ato que vier substituí-la**) **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- c3) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- **d**) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa**, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- **f**) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;
- g) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- **g1**) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de **eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**;
- g2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem "g2" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

4.5.3- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho, conforme inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, de acordo com o **ANEXO V** deste Edital;



Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante, assegurando que o mesmo atende as normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo Único, artigo 117 da Constituição Estadual), de acordo com **ANEXO VI** deste Edital;
- c) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo apresentado no **ANEXO VIII** deste edital.

4.5.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.5.4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

- a) Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade, junto ao CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura ou no CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO CAU (Criado pela Lei n.º 12.378/2010);
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução dos serviços (objeto da licitação e na forma do Edital e seus anexos) de forma satisfatória, sendo dispensada a LICITANTE no caso de já ter executado, <u>satisfatoriamente</u>, os serviços para a Administração Pública Municipal de Orlândia, nos termos do item a seguir;
- b.1) Atestado(s) ou Certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da LICITANTE que comprove(m) a capacidade operacional e desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) do responsável técnico, devidamente registrados no CREA ou CAU, comprovando a execução de serviço(s) de características semelhantes à licitada, onde constem os serviços de maior relevância⁴ (a execução de no mínimo 50% (cinquenta) por cento da soma dos itens 2.3 das Planilhas Orçamentárias Construção de

4

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. Súmula nº 263 de 19/01/2011 do Tribunal de Contas da União – TCU

^(...) Análise e conclusão da equipe: 88. Conta o Tribunal com jurisprudência consolidada no sentido de que a capacidade técnico-operacional das licitantes não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço licitado, salvo em casos excepcionais, de que são exemplos os Acórdãos 1.993/2007; 1.695/2011; 897/2012 e 1.469/2012, todos do Plenário, entre outros, de tal sorte que se trata de questão pacificada. (...) Por fim, a Secex-ES constatou, também na Concorrência 1/2015, do município de Jerônimo Monteiro, exigência de atestado comprovando quantitativos mínimos de cerca de 86% frente ao volume a executar de determinado serviço (achado II.5.7), o que contraria jurisprudência firme do TCU (de que são exemplos os Acórdãos 1.993/2007; 1.695/2011; 897/2012 e 1.469/2012, todos do Plenário) de que a capacidade técnico-operacional das licitantes não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço licitado, salvo em casos excepcionais. Como não há sinais de que o caso seria excepcional, tampouco qualquer demonstração nesse sentido, a exigência em tela mostra-se irregular. Contudo, deixa-se de propor outros encaminhamentos, já que, repiso, o certame em tela teve sua anulação determinada pelo item 9.2 do Acórdão 1.176/2016-TCU- Plenário, além de ciência em relação a este fato no seu item 9.3.3. (...) Por fim, enalteço o trabalho desenvolvido e destaco que, entre os benefícios estimados da fiscalização, a redução, por ação da Caixa como órgão mandatário da União na execução de contratos de repasse, de preço contratual em R\$ 236 mil, além da correção de irregularidades/impropriedades. (...) Registro, por fim, a realização de ajustes na redação das propostas vazadas pela Secex/ES, tendo em vista os ditames da Resolução TCU 265, de 9/12/2014. Ante o exposto, manifesto-me por que o Tribunal aprove o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado. TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 2 de maio de 2017.AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI Relator. Acórdão 2516/2017. Primeira Câmara. Processo 024.074/2015-2. (destaques nossos).



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ – com capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm, ou seja, no total de 139,885 metros³), apresentando-o(s) dentro do envelope nº 02 (Habilitação), e nos seguintes quantitativos mínimos:

ITEM 2.3 DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

(metros³)

(Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm)

279,77 m³

SOMATÓRIO DA QUANTIDADE

- b.1.1.) Os atestados técnicos solicitados deverão ser emitidos em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, com a identificação clara do signatário, inclusive com a indicação do cargo que ocupa;
- c) relação da equipe técnica da empresa que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação da qualificação de cada um de seus membros, cuja comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das propostas, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)⁵; apresentar dentro do **envelope nº 02 Habilitação**
- d) apresentar relação detalhada de todos os equipamentos, máquinas e/ou veículos, inclusive veículos para fiscalização, respeitadas as exigências previstas nas especificações técnicas do Edital, para garantir a execução dos serviços objeto desta licitação, <u>e declaração formal, sob as penas da lei, de sua disponibilidade, bem como declarar que correrão por conta da licitante todas as despesas relativas a combustível, seguros, manutenção em geral e outras eventuais (§ 6°, do art. 30, da Lei nº. 8.666/93); apresentar dentro do envelope nº 02 Habilitação</u>
- **d.1**) na relação dos equipamentos, veículos e materiais a serem empregados nos serviços, a licitante deverá indicar a marca, modelo, capacidade e ano de fabricação; apresentar dentro do **envelope nº 02 Habilitação**
- **d.2**) as exigências técnicas fixadas não dependerão de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie, sendo só devidas pelo vencedor da licitação e <u>até a assinatura do contrato</u>; os licitantes deverão apresentar declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União⁶. Para tanto, apresentar a documentação dentro do **envelope nº 02 Habilitação**

-

⁵ **SÚMULA № 25** - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

4.5.4.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

a) Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico – CAT's, emitidas pelo CREA ou CAU e em nome do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, nos termos do artigo 30, §1.º, inciso I, todos da Lei Federal n.º 8.666/93⁷, na data fixada para a apresentação das propostas, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ITEM 2.3 DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ – com capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm).

4.5.5 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA:

- a) as licitantes <u>deverão realizar visita técnica</u> a fim de tomarem total conhecimento sobre o serviço licitado e dirimir eventuais dúvidas existentes, bem como verificar as particularidades do local;
- **b)** a **visita técnica** deverá ser agendada com antecedência junto a **Secretaria de Infraestrutura Urbana**, localizada na Praça Coronel Orlando, nº 600 centro, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, fone (16) 3820-8010 ou (16) 3820-8178, e ocorrerá até o dia útil anterior à data designada para sessão pública de processamento do presente certame.
- c) a visita técnica poderá ser realizada pelo representante legal da empresa licitante ou por qualquer responsável, desde que tenha poderes para tanto;

É irregular a exigência, como condição para participar de processos licitatórios, que os licitantes comprovem a propriedade dos equipamentos a serem utilizados na execução do objeto, bem como das suas localizações prévias, permitindo-se apenas a relação explícita e a declaração formal quanto a sua disponibilidade. Acórdão 1265/2009-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994) (destaques nossos).

⁷ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

d) será fornecido <u>atestado de visita técnica</u> à licitante que participar da visita – conforme modelo apresentado no **ANEXO IX** do presente edital – sendo que tal documento deverá, <u>obrigatoriamente</u>, integrar o **ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO**, <u>sob pena de inabilitação</u>;

4.5.6- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- d) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- e) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- f) A verificação da boa situação financeira do licitante será feita mediante a apuração de dois indicadores contábeis:
- f.1) Quociente de Liquidez Geral (QLG), assim composto:

Onde:

AC é o ativo circulante;

RLP é o realizável em longo prazo;

PC é o passivo circulante;

ELP é o exigível em longo prazo.

f.2) Quociente de Liquidez Corrente (QLC), assim composto:

Onde:

AC é o ativo circulante;

PC é o passivo circulante;

f.3) Os resultados das operações deverão ser superiores a **1 (um)** para os subitens **"f.1"** (QLG) e **"f.2"** (QLC).



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **4.6** Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso:
- **4.6.1** Estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes; na hipótese de não constar prazo de validade, serão aceitos como válidos os documentos expedidos até **90** (**noventa**) **dias** imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes;
- **4.6.2** Ser apresentados em original ou por cópia autenticada, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico, os quais a Comissão Municipal Permanente de Licitações confirmará a veracidade por meio de consulta à Internet, diretamente nas respectivas páginas eletrônicas dos órgãos expedidores; a autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, pela Comissão Municipal Permanente de Licitações.
- **4.7** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **4.7.1** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta nos itens **4.5.1 a 4.5.6**;
- **4.8** Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste Edital;
- **4.9** A documentação apresentada destina-se **exclusivamente** à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações;
- **4.10** A documentação deverá ser entregue em envelope fechado, indicando na sua parte externa:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 PROCESSO n.º 12/2018 "ENVELOPE nº 1 - HABILITAÇÃO" DENOMINAÇÃO DA EMPRESA

5 - PROPOSTA COMERCIAL

- **5.1-** Conforme modelo contido no **ANEXO II** deste instrumento, a proposta comercial deverá ser apresentada em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.
- **5.2** Deverão estar consignados na proposta:
- **5.2.1** A denominação, CNPJ, endereço/cep, telefone/fax, conta corrente para recebimento, banco e agência, e-mail do licitante e data;



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **5.2.2** Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo com, até, três casas decimais após a vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação
- **5.2.3** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60** (sessenta) **dias**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação;
- **5.2.4** Declaração de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
- **5.2.5** Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Memorial Descritivo;
- **5.3** A proposta comercial deverá ser entregue em envelope fechado, indicando na sua parte externa:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 PROCESSO n.º 12/2018 "ENVELOPE nº 2 - PROPOSTA COMERCIAL" DENOMINAÇÃO DA EMPRESA

6- JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DE DESEMPATE

- **6.1** Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem integralmente às disposições deste Edital, observando-se ainda o disposto no art. 48, incisos I e II e seu §1.º, alíneas "a" e "b", todos da Lei Federal nº 8.666/93. Para tanto, a Comissão Municipal de Licitações poderá exigir do(s) licitante(s) a apresentação de documentos e planilhas de custo que comprovem a exequibilidade da proposta.
- **6.2** A classificação observará a ordem crescente dos preços propostos. Para essa finalidade, a Comissão Municipal Permanente de Licitações tomará o preço global de cada proposta, abrindose prazo para a apresentação de eventuais recursos.
- **6.3** Será considerada vencedora a proposta que apresentar o <u>menor valor global</u> para a execução dos serviços licitados, desde que atendidos o item 6.1, contudo as licitantes deverão apresentar os valores unitários para cada item, <u>sob pena de desclassificação</u>.
- **6.3.1** Em caso de divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso.
- **6.4** Em caso de empate, a decisão se dará obrigatoriamente por sorteio, em sessão pública, para a qual serão convocados os interessados;



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **6.5** Será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentarem propostas iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta primeira classificada;
- **6.5.1** Dentre aquelas que satisfaçam as condições previstas no subitem 6.5, a microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta;
- **b)** Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- **b1**) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- **6.5.2** O exercício do direito de preferência somente será aplicado se a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- **6.5.3** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.5, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;
- a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 6.5.3, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora do certame.

7 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA LICITAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO

- 7.1- Os **ENVELOPES Nº 1** e **Nº 2** contendo, respectivamente, os documentos de habilitação e a proposta comercial deverão ser entregues à Comissão Municipal Permanente de Licitações, na Praça Coronel Orlando, nº 652, centro, CEP 14620-000, telefone 16 3820-8000, até o horário previsto neste Edital para a apresentação da proposta.
- **7.2** O licitante poderá fazer-se representar neste certame desde que, no início da sessão pública, seu representante legal apresente cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é outorgado amplo poder de decisão.
- **7.2.1** Caso o representante legal da licitante delegue esta função para um terceiro, este deverá apresentar a Carta Credencial, conforme **ANEXO VII** deste Edital, ou procuração pública ou particular, acompanhada de documento comprobatório dos poderes de quem a outorgou.





= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **7.2.2-** Não será admitido um mesmo representante para mais de uma licitante, nem de dois representantes ou mais para uma mesma licitante.
- 7.2.3 Caso seja constatado pela Comissão Municipal de Licitações a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, familiar ou financeira entre representantes das empresas licitantes, deverá esse tipo de ocorrência, no caso concreto, ser ponderado em conjunto com outros elementos aptos a caracterizar eventual conluio para fraudar o resultado do certame. Para tanto, poderá ser realizada diligência pela CMPL a fim de verificar tal situação⁸.
- **7.3** Os trabalhos da Comissão Municipal Permanente de Licitações, objetivando a verificação das condições de participação e de habilitação dos interessados, serão iniciados em ato público no horário e local estabelecidos neste Edital.
- **7.4** Abertos os **ENVELOPES Nº 1** (**HABILITAÇÃO**), os documentos serão conferidos e rubricados pelos membros da Comissão Municipal Permanente de Licitações e pelos representantes presentes;
- **7.4.1** Os **ENVELOPES Nº 2** (**PROPOSTA COMERCIAL**) dos licitantes inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados no prazo de **quinze dias corridos** contados a partir da homologação, após o que serão inutilizados.
- **7.5** Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão Municipal Permanente de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso poderá ocorrer, na seqüência, a abertura dos **ENVELOPES Nº 2** (**PROPOSTA COMERCIAL**);
- **7.5.1** Caso não ocorra a hipótese prevista no item 7.5, a Comissão marcará e divulgará, oportunamente, a data para a abertura dos **ENVELOPES Nº 2 (PROPOSTA COMERCIAL).**
- **7.6-** Das sessões lavrar-se-ão atas circunstanciadas nas quais serão registradas todas as ocorrências sendo, ao final, assinadas pelos membros da Comissão Municipal Permanente de Licitações e pelos representantes devidamente credenciados.
- **7.7** As comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Orlândia/SP.
- **7.8** As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma dispostos na Lei Federal n.º 8.666/93, e legislação vigente;

⁸ (...) TCU - ACORDÃO 1301/2015 Plenário (Representação, Relator Ministro substituto Augusto Sherman). Licitação. Parentesco. Vedações. Não é cabível vedação prévia à participação, em licitação na modalidade tomada de preços, de empresas que apresentem representadas por credenciados que mantenham entre si vinculo de natureza técnica, comercial, econômica, familiar ou financeira, devendo esse tipo de ocorrência, em cada caso concreto, ser ponderado em conjunto com outros elementos aptos a caracterizar eventual conluio para fraudar o resultado do certame. (grifos nossos)



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **7.9** Os recursos contra as decisões da CMPL Comissão Municipal Permanente de Licitações nas fases de habilitação e julgamento das propostas, após sua apreciação e mantida a decisão, serão encaminhados à Presidência para decidir sobre os mesmos, sendo que, em seguida:
- a) na fase de habilitação retomar-se-ão os procedimentos para o julgamento das propostas;
- **b**) na fase de julgamento da proposta comercial, se for o caso, promover-se-á a homologação do certame e adjudicação do objeto ao vencedor.
- **7.10** Esta Prefeitura Municipal de Orlândia convocará o vencedor da presente licitação para, no prazo de **cinco dias úteis** contados a partir da entrega da intimação, assinar o contrato, cuja minuta é parte integrante deste Edital.
- 7.11- DA GARANTIA CONTRATUAL: Para assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, por qualquer uma das modalidades previstas no artigo 56, da Lei n.º 8.666/93.
- 7.11.1- A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas no item de n.º 11.

8 - PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- **8.1-** Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no **MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO I** deste edital e serão recebidos e fiscalizados por servidor público municipal designado para tanto;
- **8.1.1-** Correrão por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.
- 8.2- A empresa contratada deverá fornecer para a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana, antes do início dos serviços e, em até 10 dias após a publicação do extrato do contrato, os seguintes documentos:
- 8.2.1- Comprovante de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica ART, com base no valor total do Contrato;
- 8.2.2- Nome, formação, nº. do CREA ou CAU, endereço e telefone comercial do engenheiro/técnico coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional, bem como do Técnico de Segurança;
- **8.3** A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana terá **três dias úteis** para analisar os documentos entregues e emitir a **Autorização para Início dos Serviços Ordem de Serviços**.



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **8.4-** As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal nº 8.666/1993.
- **8.4.1-** A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.
- **8.4.2** Não obstante o prazo estipulado no subitem 4 deste item XII, a vigência contratual nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.
- **8.5** Os serviços a serem realizados e os materiais e peças a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:
- **8.5.1** Normas de Segurança do CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- **8.5.2** Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT;
- **8.5.3** Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;
- **8.5.4** Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados.
- **8.6-** Constatadas irregularidades no objeto, a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- **8.6.1-** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo **ANEXO I** deste edital, determinando sua substituição/correção;
- **8.6.2-** Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;
- **8.6.3-** As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada, no prazo máximo de **cinco dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 8.6.3.1 A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da futura CONTRATADA, <u>inclusive a promoção de readequações, sem quaisquer ônus à MUNICIPALIDADE/CONTRATANTE</u>, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

9 – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

9.1- Os preços ofertados na Proposta Comercial do licitante, deverão conter, além do lucro, todas e quaisquer despesas, tais como: materiais, mão-de-obra, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução das obras, taxas e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

trabalhos noturnos, dominicais e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com o custo para a consecução do objeto desta licitação, além daquelas exigidas pelo CREA/CAU.

- **9.2-** Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a **PREFEITURA**, após o fechamento do mês de referência, a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados no período a que o pagamento se referir, que será devidamente conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana.
- **9.3-** O pagamento será efetuado em até <u>28 (vinte e oito) dias</u> após entrega dos produtos/prestação dos serviços e Nota Fiscal Eletrônica, de forma cronológica e obedecendo a disponibilização financeira, conforme repasse de recurso federais.
- **9.4-** A Administração Pública Municipal pagará à contratada o valor relativo aos serviços efetivamente realizados, através de medições, e aprovados pelo engenheiro responsável da Prefeitura Municipal de Orlândia/SP.

9.5- Não será permitida, a cessão, transferência e a subcontratação total ou parcial do objeto licitado/contratado.

10 - DA RESCISÃO

- **10.1-** O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nos termos dos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.
- **10.2-** A rescisão do contrato, unilateralmente pela contratada, acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras sanções de acordo com as leis vigentes e com as condições deste edital:
- **10.2.1-** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio da Prefeitura Municipal, lavrando-se termo circunstanciado.
- **10.2.2-** Responsabilidade por prejuízos causados ao Município pela contratada.

11 - DAS PENALIDADES

- **11.1-** Sem prejuízo do disposto nos arts. 86 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, havendo irregularidades na execução do objeto licitado, a(s) contratada(s) ficará(ao) sujeita(s) às penalidades de acordo com o seguinte critério:
- 11.1.1- Pela inexecução total ou parcial do contrato: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado.



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- 11.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços: 0,5% (cinco centésimos percentuais) do valor contratado por dia de atraso até o 20.º (vigésimo) dia; A partir do 21.º (vigésimo primeiro) de atraso dia passará a configurar inexecução contratual.
- 11.1.3- Pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Orlândia, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- 11.1.4- Qualquer outra infringência às cláusulas ou condições previstas neste edital: advertência escrita ou multa correspondente até 10% (dez por cento) do valor contratado.

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS

- 12.1- É vedada a cessão ou a transferência, total ou parcial, do objeto licitado à outra empresa.
- **12.2-** É facultado à Prefeitura Municipal de Orlândia, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições proposta pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- **12.3-** Serão também da inteira responsabilidade da contratada todos os seguros necessários, inclusive os relativos à garantia financeira, à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causadas a seus empregados ou a terceiros.
- **12.4-** Às licitantes que comprovarem a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte serão garantidos os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 no processamento do presente certame.
- **12.5-** Os recursos admissíveis serão dirigidos à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos no artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.6 -** A Prefeitura Municipal de Orlândia poderá a qualquer tempo, motivadamente, anular ou revogar a presente licitação, nos termos do artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.7 -** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, fica eleito o Foro da Comarca de Orlândia/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **12.8-** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos
 - a) **ANEXO I** Contendo: Memorial Descritivo dos Serviços, Relação de Ruas, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico Financeiros;
 - b) Modelo de Proposta Comercial ANEXO II;
 - c) Minuta de Contrato **ANEXO III**;



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- d) Modelo de declaração para fins da Lei Complementar n. 123/2006 ANEXO IV;
- e) Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho ANEXO V;
- f) Declaração parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo - ANEXO VI;
- g) Carta Credencial ANEXO VII;
- h) Declaração de ausência de impedimento para licitar ANEXO VIII;
- i) Atestado de visita técnica ANEXO IX;
- j) Declaração de ciência das condições da licitação e de autenticidade de documentos **ANEXO X.**

Orlândia/ SP, 13 de Março de 2018.

OSWALDO RIBEIRO JUNQUEIRA NETO

Prefeito Municipal



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS, RELAÇÃO DE RUAS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS

ANEXO I — Contendo: Memorial Descritivo dos Serviços, Relação de Ruas, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico-Financeiros.

OBRA: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE - NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA - SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017.

<u>Lote 01</u> CONVÊNIO 105/2017

LOCAL: Em ruas e avenidas do município de Orlândia no bairro Jardim Parisi

CIDADE: Orlândia/SP

1) DESCRIÇÃO DAS OBRAS:

A obra compreende os locais no bairro acima citado que apresentam imperfeições ocasionadas por depressões e buracos de erosão e infiltração causadas por chuvas, faltando para a execução dos serviços a imprimação asfáltica e o recapeamento com CBUQ com área compreendida de 3.098,16 m².

2) SERVIÇOS INICIAIS:

Deverá ser instalada a placa da obra de área de 6,00 m².

3) RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CBUQ:

O projeto de recapeamento é composto por cinco fases:

3.1) Limpeza e varrição:

Esta limpeza consiste na remoção dos agregados soltos e outras substâncias que possam comprometer a aderência do material a ser aplicado em área de 3.098,16 m².

3.2) Fresagem do pavimento:

Será realizado pelo próprio município.

3.3) Recomposição de base de brita graduada simples:

Será também pelo próprio município.

3.4) Pintura de ligação (imprimadura ligante):

Será executada a imprimadura betuminosa ligante com aplicação de emulsão catiônica tipo RR – 2C, aguardando-se o rompimento para aplicação do CBUQ em 3.098,16 m².



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

3.5) Camada de regularização com CBUQ:

Consiste na aplicação de camada de CBUQ com motoniveladora, nos locais de maior deformação do pavimento, de forma a promover o reperfilamento do greide para posterior aplicação da camada de rolamento com espessura de 3 cm, resultando em 92,94 m³.

4) LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POCO DE VISITA:

Serão executados esses serviços conforme necessidade pelo próprio município durante os serviços de recapeamento asfáltico.

5) SINALIZAÇÃO:

Serão realizados os serviços de sinalização conforme projeto elaborado de acordo com o manual de "Sinalização Horizontal" — Volume IV, CONTRAM/DENATRAM, publicado por meio da Resolução N° 236, de 11 de maio de 2007 conforme necessidade de cada trecho, indicados em projeto básico, com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro.

6) DISPOSIÇÕES FINAIS:

Com o objetivo de proporcionar segurança para a execução da obra, a contratada deverá realizar sinalização provisória, inclusive com desvio de tráfego nos locais a serem recapeados.

A abertura do transito poderá ser feita imediatamente após a conclusão dos serviços de recapeamento asfáltico.

Caberá a contratada a segurar a garantia de qualidade da obra.

A prefeitura fará inspeção do nível de qualidade através de seu pessoal técnico.

A empresa contratada deverá fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos funcionários e possuir registro no CREA e responsável técnico pela execução com fornecimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Para execução dos serviços é necessário a Certidão de Acervo Técnico (CAT) junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, atestando que a empresa é tecnicamente apta a prestar o serviço que está sendo contratado, sendo exigido para tal 50% do item 2.3 da Planilha Orçamentária (fabricação e aplicação de CBQU).

Deverão ser realizados testes de controle tecnológico dos materiais utilizados para o recapeamento asfáltico mediante laudos técnicos, que poderão ser explicados durante visita técnica, caso haja dúvidas.

Proibição de subcontratação.

ITEM II - RELAÇÃO DAS RUAS

	Recapeamento Asfáltico - Convênio 105/2017						
Νº	Local	Bairro	Lado Par (m²)	Lado Ímpar (m²)	Total (m²)		
1	Rua 01, entre Avenida N e O	Jd. Parisi	516,36		516,36		
2	Rua 01, entre Avenida O e P	Jd. Parisi	516,36		516,36		
3	Rua 05, entre Avenida O e P	Jd. Parisi	516,36	516,36	1.032,72		
4	Rua 07, entre Avenida P e Q	Jd. Parisi	516,36	516,36	1.032,72		
					3.098.16		

ITEM III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

asfáltico Usinado	O: Execução dos serviços o com utilização de CBUQ (Co a Quente), sobre pavir e no município de Orlândia	oncreto Bo mentação	etuminoso asfáltica	Prazo de execução: 90 dias					BDI
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	FONTE	ITENS	TABELA	22,00%
1	Serviços iniciais								
1.1	Placa de obra	m²	6,00	403,76	2.422,56	SINAPI	74209/001	330,95	403,76
				Subtotal	2.422,56				
2	Recapeamento asfáltico								
2.1	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água	m²	3.098,16	2,44	7.559,51	SINAPI	73806/001	2,00	2,44
2.2	Imprimadura ligante betuminosa	m²	3.098,16	1,72	5.328,83	SINAPI	72943	1,41	1,72
2.3	Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm	m³	92,94	929,53	86.390,51	SINAPI	95990	761,91	929,53
				Subtotal	99.278,85				
3	Sinalização								
3.1	Sinalização horizontal c/ tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica c/ microesferas vidro	m²	114,50	33,31	3.813,99	SINAPI	72947	27,31	33,31
				Subtotal	3.813,99				
				Total Geral	105.515,40				



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ITEM IV – CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

							1ª ETA	PA			
ITEM	SERVIÇO	UNIDA DE									TOTAL
		DE				PERIO	DΩ		DIAS		
									J., 13		
			Prazo de liberação: em 30 dias após a conclusão da etapa.		AZO DE	EXECU	JÇÃO -	- 90	DIAS		
1	Serviços iniciais (Placa da	M2								6,00	6,00
	obra)	R\$								2.422,56	2.422,56
2	Recapeame nto asfáltico	UN								3098,16	3098,16
		R\$								99.278,85	99.278,85
3	Sinalização	M2								114,50	114,50
		R\$								3.813,99	3.813,99
PLANC RECUF	D DE APLICAÇÃ RSOS	O DOS									
RECURSOS ESTADUAL		100.000,00						100.000,00			
RECURSOS PRÓPRIOS				5.515,4				5.515,40			
TOTAL	-					10	5.515,4	40			105.515,40



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

LOTE 2

<u>I - MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS</u> JARDIM SANTA RITA – CONVÊNIO 106/2017

OBRA: Recapeamento asfáltico com utilização de CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a

Quente, sobre pavimentação asfáltica existente no município de Orlândia/SP

LOCAL: Em ruas e avenidas do município de Orlândia no bairro Jardim Santa Rita

CIDADE: Orlândia/SP

1) DESCRIÇÃO DAS OBRAS:

A obra compreende os locais no bairro acima citado que apresentam imperfeições ocasionadas por depressões e buracos de erosão e infiltração causadas por chuvas, faltando para a execução dos serviços a imprimação asfáltica e o recapeamento com CBUQ com área compreendida de 6.227,60 m².

2) SERVIÇOS INICIAIS:

Deverá ser instalada a placa da obra de área de 6,00 m².

3) RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CBUQ:

O projeto de recapeamento é composto por cinco fases:

3.1) Limpeza e varrição:

Esta limpeza consiste na remoção dos agregados soltos e outras substâncias que possam comprometer a aderência do material a ser aplicado em área de 6.227,60 m².

3.2) Fresagem do pavimento:

Será realizado pelo próprio município.

3.3) Recomposição de base de brita graduada simples:

Será realizado pelo próprio município.

3.4) Pintura de ligação (imprimadura ligante):

Será executada a imprimadura betuminosa ligante com aplicação de emulsão catiônica tipo RR – 2C, aguardando-se o rompimento para aplicação do CBUQ em 6.227,60 m².

3.5) Camada de regularização com CBUQ:

Consiste na aplicação de camada de CBUQ com motoniveladora, nos locais de maior deformação do pavimento, de forma a promover o reperfilamento do greide para posterior aplicação da camada de rolamento com espessura de 3 cm, resultando em 186,83 m³.

4) LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA:

Serão executados esses serviços conforme necessidade pelo próprio município durante os serviços de recapeamento asfáltico.

5) SINALIZAÇÃO:

Serão realizados os serviços de sinalização conforme projeto elaborado de acordo com o manual de "Sinalização Horizontal" – Volume IV, CONTRAM/DENATRAM, publicado por meio da Resolução Nº 236, de 11 de maio de 2007 conforme necessidade de cada trecho,



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

indicados em projeto básico, com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro.

6) DISPOSIÇÕES FINAIS:

Com o objetivo de proporcionar segurança para a execução da obra, a contratada deverá realizar sinalização provisória, inclusive com desvio de tráfego nos locais a serem recapeados.

A abertura do transito poderá ser feita imediatamente após a conclusão dos serviços de recapeamento asfáltico.

Caberá a contratada a segurar a garantia de qualidade da obra.

A prefeitura fará inspeção do nível de qualidade através de seu pessoal técnico.

A empresa contratada deverá fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos funcionários e possuir registro no CREA e responsável técnico pela execução com fornecimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Para execução dos serviços é necessário a Certidão de Acervo Técnico (CAT) junto ao CREA — Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, atestando que a empresa é tecnicamente apta a prestar o serviço que está sendo contratado, sendo exigido para tal 50% do item 2.3 da Planilha Orçamentária (fabricação e aplicação de CBQU).

Deverão ser realizados testes de controle tecnológico dos materiais utilizados para o recapeamento asfáltico mediante laudos técnicos, que poderão ser explicados durante visita técnica, caso haja dúvidas.

Proibição de subcontratação.

ITEM II– RELAÇÃO DAS RUAS

	Recapeamento Asfáltico - Convênio 106/2017						
Νº	Local	Bairro	Lado Par (m²)	Lado Ímpar (m²)	Total (m²)		
1	Rua 12, entre Avenida X e Y	Jd. Santa Rita	516,36	516,36	1.032,72		
2	Balão da Rua 12 com Avenida X	Jd. Santa Rita	196,00		196,00		
3	Rua 12, entre Avenida W e X	Jd. Santa Rita	516,36	516,36	1.032,72		
4	Balão da Rua 12 com Avenida W	Jd. Santa Rita	196,00		196,00		
5	Avenida W, entre Rua 12 e 14	Jd. Santa Rita	628,36	628,36	1.256,72		
6	Avenida W, entre Rua 10 e 12	Jd. Santa Rita	628,36	628,36	1.256,72		
7	Avenida W, entre Rua 08 e 10	Jd. Santa Rita		628,36	628,36		
8	Avenida T, entre Rua 04 e 06	Jd. Santa Rita	628,36		628,36		
					6.227,60		



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ITEM III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

asfáltio Betum asfáltio	TO: Execução dos serviços o com utilização de C inoso Usinado a Quente), solo e existente no município de C santa Rita	(Concreto mentação	Prazo de execução: 90 dias					BDI	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	FONTE	ITENS	TABELA	22,00%
1	Serviços iniciais								
1.1	Placa de obra	m²	6,00	403,76	2.422,56	SINAPI	74209/001	330,95	403,76
				Subtotal	2.422,56				
2	Recapeamento asfáltico								
2.1	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água	m²	6.227,60	2,44	15.195,34	SINAPI	73806/001	2,00	2,44
2.2	Imprimadura ligante betuminosa	m²	6.227,60	1,72	10.711,47	SINAPI	72943	1,41	1,72
2.3	Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm	m³	186,83	929,53	173.664,08	SINAPI	95990	761,91	929,53
				Subtotal	199.570,89				
3	Sinalização								
3.1	Sinalização horizontal c/ tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica c/ microesferas vidro	m²	229,00	33,31	7.627,99	SINAPI	72947	27,31	33,31
			Subtotal	7.627,99					
				Total Geral	209.621,44				



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ITEM IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

					1º ETAP	'A		
ITEM	SERVIÇO	UNIDA						TOTAL
		DE		Dr	-DIODO	DIAC		
				Pt	RIODO	DIAS		
			Prazo de liberação: em 30 dias após a conclusão da etapa.	PRAZO DE	EXECUÇÃO ·	– 90 dias		
1	Serviços	M2					6,00	6,00
	iniciais (Placa da obra)	IVIZ					0,00	0,00
	,	R\$					2.422,56	2.422,56
2	Recapeame nto asfáltico	UN					6.227,60	6.227,60
		R\$					199.570,89	199.570,89
3	Sinalização	M2					229,00	229,00
		R\$					7.627,99	7.627,99
PLANC RECUF	D DE APLICAÇÃ RSOS	O DOS						
RECURSOS ESTADUAL			200.000,0	0		200.000,00		
RECUF	RSOS PRÓPRIO	S			9.621,4	4		9.621,44
TOTAL	-				209.621,4	4		209.621,44



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DO LICITANTE

Denominação: Endereço:

CEP: Fone: Fax:

e-mail: CNPJ:

Conta Corrente, Banco e Agência na qual a Prefeitura Municipal de Orlândia deverá efetuar os pagamentos via crédito Conta Corrente.

Observação: A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE - NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA - SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017.

MODELO DE PROPOSTA

LOTE 01

asfáltico Usinado	D: Execução dos serviços com utilização de CBUQ (o a Quente), sobre pave no município de Orlândia no	Prazo de execução: 90 dias					BDI		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	FONTE	ITENS	TABELA	22,00%
1	Serviços iniciais								
1.1	Placa de obra	m²	6,00			SINAPI	74209/001		
				Subtotal	0,00				
2	Recapeamento asfáltico								
2.1	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água	m²	3.098,16			SINAPI	73806/001		
2.2	Imprimadura ligante betuminosa	m²	3.098,16			SINAPI	72943		
2.3	Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm	m³	92,94			SINAPI	95990		
				Subtotal	0,00				



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

	3	Sinalização							
3	3.1	Sinalização horizontal c/ tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica c/ microesferas vidro	m²	114,50			SINAPI	72947	
					Subtotal	0,00			
					Total Geral	0,00			

LOTE 02

asfáltio Betum asfáltio	FO: Execução dos serviços o co com utilização de C inoso Usinado a Quente), sol ca existente no município de O santa Rita	BUQ ore pavi	(Concreto imentação	Prazo de execução: 90 dias					BDI
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	FONTE	ITENS	TABELA	22,00%
1	Serviços iniciais								
1.1	Placa de obra	m²	6,00			SINAPI	74209/001		
				Subtotal					
2	Recapeamento asfáltico								
2.1	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água	m²	6.227,60			SINAPI	73806/001		
2.2	Imprimadura ligante betuminosa	m²	6.227,60			SINAPI	72943		
2.3	Construção de pavimento com aplicação de concreto de pavimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), capa de rolamento, com espessura de 3,0 cm	m³	186,83			SINAPI	95990		
				Subtotal					
3	Sinalização								
3.1	Sinalização horizontal c/ tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica c/ microesferas vidro	m²	229,00			SINAPI	72947		
				Subtotal					
			Total		-				
				Geral					

TOTAL GERAL DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS: LOTE 01 + LOTE 02 = R\$_____



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

Validade da proposta (mínimo 60 dias):						
Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.						
Declaro que os preços acima indicados conter na data da apresentação desta proposta in material, despesas administrativas, seguro, fre	cluindo, entre					
	Orlândia, em _	de _	de 2018.			
Assinatura do representante legal						
Nome do representante legal:						
RG do representante:						



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018 - PROCESSO N.º 12/2018

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

<u>CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA E A EMPRESA</u>

CONTRATO Nº VALOR: R\$

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

O1.1. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Coronel Orlando, nº 600, centro, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 45.351.749/0001-11, neste ato legalmente representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal **SENHOR OSWALDO RIBEIRO JUNQUEIRA NETO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 9.258.190-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 046.027.218-77, residente e domiciliada na cidade de Orlândia/SP, que para os efeitos deste instrumento denomina-se simplesmente **PREFEITURA**.

01.2. <u>CONTRATADA</u>: ------, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF ------, com sede localizada na ------, neste ato legalmente representada por quem de direito, doravante denominada <u>CONTRATADA</u>.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

02.1 O contrato em tela reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei n.º 8.666/93, na Lei Orgânica do Município, demais normas legais pertinentes e pelo previsto no instrumento convocatório da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

- O presente contrato tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017.
- 3.2 Consideram-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2018 e seus respectivos Anexos; e b) a proposta de _ de _ de _ 2018, apresentada pela CONTRATADA.

= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **3.3** O regime de execução é de **empreitada por preço global**, conforme a composição de preços constante da Planilha de serviços e preços unitários, apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta comercial.
- 3.4 O objeto da presente contratação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- **4.1** Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no **MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO I** do edital e serão recebidos por **Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual** designado(s) pela **PREFEITURA**;
- **4.2** Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.
- 4.3 A CONTRATADA deverá apresentar para a Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual da PREFEITURA, antes do início dos serviços e em até 10 dias após a publicação do extrato deste contrato, os seguintes documentos:
- **4.3.1** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica ART, com base no valor total do contrato e ARTs dos co-responsáveis pelas áreas de atuação;
- **4.3.2** Nome, formação, nº do CREA ou CAU, endereço e fone/fax comercial do engenheiro/técnico coordenador geral que será o seu representante imediato e responsável direto pelos serviços e assuntos de ordem operacional com competência técnica para o artigo 2º ou 7º ou 23º da Resolução nº 218 de 29/06/73 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia CONFEA, como também do Técnico de Segurança;
- **4.4** A Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual terá **três dias úteis** para analisar os documentos entregues e emitir a **Autorização para Início dos Serviços**.
- **4.5** Os serviços a serem realizados e os materiais e peças a serem fornecidos deverão obedecer às Normas reconhecidas, em suas últimas revisões, tais como:
- **4.5.1** Normas de segurança em edificações do CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- **4.5.2** Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT;
- **4.5.3** Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;
- **4.5.4** Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados.

= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

4.6 Havendo interesse no Atestado de Capacidade Técnica referente ao serviço executado, a **PREFEITURA** o emitirá, ficando a cargo da **CONTRATADA** diligenciar nos termos do artigo 58 da Resolução 1.025 de 30/10/2009 do **CONFEA**, para que o documento passe a fruir da eficácia necessária aos fins especiais a que eventualmente se destine.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 5.1 O recebimento dar-se-á por intermédio da Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual da **PREFEITURA**, que expedirá a **Autorização para Início dos Serviços** e os **Termos de Recebimento Provisório** e **Definitivo**;
- **5.1.1** Somente serão expedidos os Termos de Recebimento se o objeto estiver plenamente de acordo com as disposições constantes no Memorial Descritivo e na proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA**;
- **5.2** Executado, o objeto será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes:
- **5.2.1 Provisoriamente**, após vistoria completa, em até **10 (dez) dias** contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto; o recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;
- **5.2.2 Definitivamente**, em **até 12 (doze) meses** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório; o Termo de Recebimento Definitivo será lavrado desde que a Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais.
- **5.3** Constatadas irregularidades no objeto, a Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis, poderá:
- **5.3.1** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do **Memorial Descritivo Anexo I**, determinando sua correção/substituição;
- **5.3.2** Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.
- **5.4** As irregularidades deverão ser sanadas pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de **cinco dias úteis**, contados do recebimento por ela da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 5.5 O prazo de garantia dos serviços é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- **5.6** O recebimento definitivo não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços prestados.



obriga-se a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

CLÁUSULA SEXTA – VALOR, RECURSOS E PAGAMENTO

06.1	O valor total deste contrato é de até R\$	().
,	As despesas decorrentes desta execução correrão se financeiros das funcionais programáticas: do or a 342, suplementada se necessário.	
	Os pagamentos serão efetuados mensalmente pel s serviços efetivamente executados, mediante a c butos referentes aos serviços prestados (INSS, FG)	omprovação do recolhimento de
	Os pagamentos serão realizados mediante depósi NTRATADA , em até 28 (vinte e oito) dias u ara e de acordo com as previsões deste contrato;	
do relatório	Para efeito de pagamento, a CONTRATADA nento do mês de referência, a respectiva nota fisca dos serviços prestados no período a que o período e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria Municipal de Información de conferida e vistada pela Secretaria de la conferida e vistada pela Secretaria de la conferida e vistada pela Secretaria de la conferida e vistada	al eletrônica/fatura, acompanhada pagamento se referir, que será
06.4 aprovadas pel mês de referên	A medição será realizada mensalmente , medi a Administração Pública Municipal, compreenden ncia.	
06.4 efetivamente	A PREFEITURA pagará à CONTRATADA o realizados, medidos e aprovados mensalmente.	valor relativo às obras e serviços
06.5 previsto na leg	As deduções da base de cálculo da retenção de l gislação vigente do INSS.	11% (onze por cento), seguirão o
06.6 prazo para o p	Havendo divergência ou erro na emissão do docu pagamento, sendo iniciada nova contagem somente	<u> </u>
	<u>CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊN</u>	<u>CIA</u>
	Este contrato terá vigência até 31 de dezembro (a respectiva Ordem de Serviço, podendo ser pro 57 da Lei Federal 8.666/93.	- ·
•	CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA	<u>CONTRATADA</u>
	CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA	<u>CONTRATADA</u>

Além das obrigações dispostas no Memorial Descritivo - Anexo I do edital, a **CONTRATADA**



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **08.1** Fornecer mão de obra, maquinaria, equipamentos, materiais, acessórios e tudo mais que for necessário ao pleno desenvolvimento do objeto contratado, em volume, qualidade e quantidades compatíveis para sua conclusão dentro do prazo estabelecido.
- **08.2** Arcar com todas as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, instalação, ensaios, consertos, testes, análises de materiais e equipamentos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.
- **08.3** Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, retirando qualquer funcionário considerado como de conduta inconveniente pela **PREFEITURA**.
- **08.4** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual EPI's.
- **08.5** Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
- **08.6** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias por meio de seus empregados ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.
- **08.7** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato.;
- **08.8** A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos não transfere à **PREFEITURA** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.
- **08.9** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução deste contrato.
- **08.10** Manter preposto que representará e acompanhará a execução deste contrato, prestando, ainda, a assistência técnica necessária;
- **08.10.1** O preposto deverá comparecer no local da execução dos serviços em todos os dias de atividade, permanecendo neste, durante o tempo que for necessário.
- **08.11** Fornecer a supervisão e administração necessária à execução dos serviços.
- **08.12** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- O8.13 Apresentar à Comissão de Fiscalização/Gestor Contratual, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus empregados que foram alocados à prestação dos serviços deste contrato.

= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

- **08.14** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da **PREFEITURA**.
- **08.17** Encaminhar a relação dos funcionários que prestarão os serviços, constando nomes e números das cédulas de identidade, com antecedência mínima de **48 horas** do início das atividades.
- **08.18** Responsabilizar-se pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sem quaisquer ônus à MUNICIPALIDADE/CONTRATANTE, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.
- 08.19 Não ceder, transferir ou subcontratar (total ou parcialmente) o objeto licitado/contratado à outra empresa

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- **09.1** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- **09.2** Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato por uma Comissão de Fiscalização formalmente designada.
- **09.3** Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

- **10.2** A garantia prestada pela **CONTRATADA**, nos termos do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 10.3 Se o valor da garantia for utilizado no pagamento de quaisquer obrigações, incluindo a indenização de terceiros, a **CONTRATADA**, notificada por meio de correspondência simples, obrigar-se-á a repor ou completar o seu valor, no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da referida notificação.
- **10.4** À **PREFEITURA** cabe descontar da garantia toda a importância que a qualquer título lhe for devida pela **CONTRATADA**.



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – RESCISÃO E SANCÕES

- 11.1 O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **PREFEITURA** a rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.
- 11.2 Aplicam-se a este contrato as sanções estipuladas na Lei Federal nº 8.666/93 e no item 11 do instrumento convocatório da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2018, que a CONTRATADA declara conhecer integralmente.
- 11.3 No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhecerá os direitos da PREFEITURA de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.
- 11.4 A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- 11.5 A aplicação das penalidades não impede a PREFEITURA de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica expressamente consignado que a fiscalização da execução do objeto do presente contrato estará a cargo da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana com o poder de solicitar, receber ou rejeitar os produtos entregues.

- Sem prejuízo do disposto nos arts. 86 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, havendo irregularidades na execução do objeto licitado, a(s) contratada(s) ficará(ao) sujeita(s) às penalidades de acordo com o seguinte critério:
- 11.1.1- Pela inexecução total ou parcial do contrato: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços: 0,5% (cinco centésimos percentuais) do valor contratado por dia de atraso até o 20.º (vigésimo) dia; A partir do 20.º (vigésimo) dia passará a configurar inexecução contratual.
- 11.1.3- Pela recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura: suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Orlândia, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- 11.1.4- Qualquer outra infringência às cláusulas ou condições previstas neste edital: advertência escrita ou multa correspondente até 10% (dez por cento) do valor contratado.

⁹ (...) 11 - DAS PENALIDADES



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

12.2 Essa fiscaliza responsabilidades cont	-	hipótese, eximirá a CONTRATADA das
titular do cargo de Sec	retário de Infraestrutur	uisitante o servidor público FÁBIO TREVISANI , a Urbana, portador da Cédula de Identidade RG n.º o n.º, para que se cumpra a
função de gestor do pre	esente contrato.	
		- DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E
<u>TRANSFERENCIA I</u>	OO OBJETO CONTR	RATADO
13.1 Não será permiti licitação/contratado à c		cia ou a subcontratação (total ou parcial) do objeto
	CLÁUSULA DÉCIM	MA QUARTA - DO FORO
qualquer outro, por ma E, por estarem as parte	is privilegiado que seja	omarca de Orlândia/SP, com renúncia expressa de a, para dirimir as questões oriundas deste contrato. sinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias ante testemunhas.
		Orlândia, SP, de de 2018.
	PREFEIT	RO JUNQUEIRA NETO O MUNICIPAL ontratada
TESTEMUNHAS:		
1		2
Nome:		Nome:
RG:		RG:
CPF:		CPF:



Estado de São Paulo

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA
CONTRATADA:
CONTRATO N° (DE ORIGEM): CP 002/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE - NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA - SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017.
ADVOGADO(S): (*)
Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.
Orlândia, SP, de de 2018.
CONTRATANTE Nome e cargo: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA
E-mail institucional: <u>licitacao@orlandia.sp.gov.br</u>
E-mail pessoal:
Assinatura:
CONTRATADA Nome e cargo: E-mail institucional:
E-mail pessoal: Assinatura:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N. 123 / 2006

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

DECLARO , sob as p	enas da lei, sei	n prejuízo das	s sanções e n	nultas previstas	no ato
convocatório, que a en	ıpresa			(deno	minação
da pessoa jurídica), Cl	NPJ n°		é microe	mpresa ou emp	oresa de
pequeno porte, nos termo	os do enquadram	ento previsto no	os incisos I e II	e §§ 1° e 2°, be	m como
não possui qualquer dos	impedimentos pr	revistos nos §§	4° e seguintes t	odos do artigo 3	3° da Lei
Complementar no 123, d			_	_	
estando apta, portanto, a					_
de assinatura de contra		-	-		
procedimento licitatório					
Prefeitura Municipal de			221011 11 00	, 2 ,2010, 10an2a	do pera
		Orlândia, SI	P, de		de 2018.
		,	,		
_				_	
	Assinatur	a do representar	ite legal		
		1	C		
Nome do representante:_					
RG do representante:					
		-			



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018

Eu	(nome c	-	-		_		-
(den	ominação d	la pessoa	jurídica),	interes	sada em	partici	par da
CONCORRÊNCIA PÚBLIC	A N.º 002	2/2018 , p	romovida	pela	Administ	ração	Pública
Municipal, declaro, sob as pena	as da lei, qu	ie a		(denomina	ação da	pessoa
jurídica) encontra-se em situaçã	io regular pe	erante o M	Iinistério d	lo Traba	alho, no d	que se r	efere à
observância do disposto no inci	so XXXIII	do artigo	7º da Cons	stituição	Federal,	e que	para os
fins do disposto no inciso V do	o artigo 27	da Lei Fe	deral n° 8.	.666, de	e 21 de J	unho de	ė 1993,
acrescido pela Lei nº 9.854, de 2	27 de Outub	ro de 1999	, que a pro	ponente	e não emp	rega m	enor de
18 (dezoito) anos em trabalho no	oturno, perig	goso ou ins	salubre e, a	inda, nã	ão empreg	ga meno	r de 16
(dezesseis) anos.							
		Onlândia	CD .	d.		a	e 2018.
		Oriandia,	SP,	ie		u	e 2018.
Assinatura do representante lega	 .1						
Nome do representante:							
RG do representante:							



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO VI – DECLARAÇÃO

(parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

A (denominates seu(s) representante(s) legal(is), interess N.º 002/2018, promovida pela Administrativas à saúde parágrafo único do Artigo 117 da Constitutiva de Consti	sada em participar da CONCORR tração Pública Municipal, declara, s e segurança no Trabalho, para os fin	ÊNCIA PÚBLICA sob as penas da lei,
	Orlândia, SP, de	de 2018.
Assinatura do representante legal Nome do representante legal: RG do representante legal:		



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO VII - CARTA CREDENCIAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

PROCESSO N.º 12/2018

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2018

Pelo presente, designo	o Sr		,	portador	do	R.G. n°.
	para representa	inte da empresa				_, CNPJ:
es	stando ele credei	nciado a responde	r junto a	V.Sas. em	tudo	o que se
fizer necessário durante os t de recursos, relativamente à			3 '	3		1 3
fins de participação na licita	ıção em referênc	ia.				
		Orlândia, SP,	de			_ de 2018.
Assinatura do representante	legal					
Nome do representante:	· ·					
RG do representante:						



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

<u>ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA</u> LICITAR

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

Eu			
	_ (denominação da	pessoa jurídio	ca), CNPJ n°
, DECLARO , so	b as penas da lei, que a	a empresa cump	re plenamente as
exigências e os requisitos de			
CONCORRÊNCIA PÚBLICA			
inexistindo qualquer fato impediti		Administração P	ública Municipal,
conforme previstos na legislação de	regência.		
	Orlândia, SP,	de	de 2018
Assinatura do representante legal			
Nome do representante:			
RG do representante:			
1			



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

ANEXO IX- ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

PROCESSO N.º 12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, SOBRE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE - NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA - SÃO PAULO, COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CASA CIVIL, POR MEIO DOS CONTRATOS DE REPASSE 105/2017 E 106/2017.

Atestamos, para fins de participação na CONO	CORRÊNC	CIA PÜBLI	ICA N.º 002	/2018,
promovida pela Administração Pública Municipal,	que o Sr.			RG n°
, representante da empresa			, Fone/Fax	: ()
, E-mail :	,es	steve neste	local em/	/,
reconhecendo os locais de execução dos serviços.				
(Dados do representante da Administração acompanhamento da vistoria)	Pública	Municipal	responsável	pelo
Nome completo:				
Cargo:		_		
Assinatura:				



= Estado de São Paulo =

PÇA. CEL. ORLANDO, 600 - CX. POSTAL, 77 - CEP 14620-000 - FONE PABX (16) 3820-8000

<u>ANEXO X – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E DE AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS</u>

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

PROCESSO N.º 12/2018

Referência: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

Declaramos que a empresa, CNPJ, está ciente de todas as condições deste certame, e também, que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e à sumária desclassificação nesta licitação e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo Município de Orlândia.
Orlândia, SP, de de 2018.
Nome, carimbo, CNPJ e assinatura do representante legal